

ENTREVISTA AO SECRETÁRIO-GERAL DA FENPROF

“Será preciso termos muita força e vamos tê-la. Podem os professores contar com a FENPROF!”



O Orçamento do Estado para 2013 foi aprovado na generalidade, contemplando uma nova e fortíssima redução de verbas para a Educação; entretanto sabe-se que o FMI está em Portugal para dizer ao governo como reduzir 4.000 Milhões de euros nas funções sociais do Estado, surgindo a Educação à cabeça dos serviços que mais sofrerão com o corte; o ministro da Educação anuncia um protocolo com a Alemanha para “importar” o seu modelo de sistema educativo.

Neste contexto, entrevistámos o Secretário-Geral da FENPROF que acusa o ministro da Educação de assumir o papel de *“carrasco da Escola Pública”*. Para Mário Nogueira, em definitivo, *“o governo PSD/CDS decretou a destruição da Escola Democrática porque quer construir as bases de um país ainda mais desigual, ainda mais injusto, em que o ferrete da discriminação e da segregação é aplicado quase à nascença”*. Para o dirigente da FENPROF, só a luta poderá parar este governo e a sua política.

FENPROF: É mesmo a destruição da Escola Pública que está em causa?

Mário Nogueira: Sem qualquer margem para dúvidas. Este governo tem um programam político que passa pela extinção da Escola Pública tal como a conhecemos. Quer desvalorizá-la e acabar com a sua matriz democrática. E Nuno Crato, ao levar por diante esse programa, assume-se como inimigo da Escola Pública.

FENPROF: Quanto ao orçamento da Educação para 2013, que consequências terá?

MN: Consequências terríveis. Em 2011 e 2012 os cortes foram fortíssimos passando a Educação de 5,7% para 3,9% do PIB, um dos valores mais baixos da União Europeia. Com este novo corte superior a 700 Milhões, os efeitos serão devastadores. Educação Pré-Escolar, Ensinos Básico e Secundário, Ensino Superior, Ciência e Investigação vão ficar a pão e água...

FENPROF: Isso quer dizer...

MN: ... quer dizer que não terão dinheiro para satisfazer despesas básicas de funcionamento, quer dizer que serão postos na rua milhares de professores e que, tal como a FENPROF sempre afirmou, se prepararam para o pior também em relação aos docentes dos quadros. Também quer dizer menos apoios às famílias, logo, mais abandono...

FENPROF: Nesse quadro, não surgirá algo contraditória a vinculação de professores?

MN: O MEC não pretende aprovar qualquer regime de vinculação de docentes. Quer apenas criar um concurso externo extraordinário antecipado e com regras diferentes, pelo qual irá constituir uma bolsa de docentes para gerir no todo nacional. Isso permitir-lhe-á

contratar menos professores, recorrendo a esta mão de obra remunerada abaixo do que teria direito e que perde autonomia relativamente às preferências que pode manifestar em concurso. Vinculação é outra coisa, é algo que o MEC recusou... o que o MEC quer aprovar não é vinculação. Aliás, será a primeira vez em que ingressarão professores nos quadros em situação diferente dos que, com as mesmas condições, já lá se encontram, quer em relação ao concurso, quer à carreira.

FENPROF: Voltando ao sistema educativo, o MEC pretende importar o modelo alemão. Conheces esse modelo?

MN: O modelo alemão é um modelo discriminatório. Decide a vida dos jovens precocemente, ao atirá-los para vias desvalorizadas e de segundo nível logo que saem do designado ensino primário. E dificilmente daí sairão. São quase nulos os exemplos de alunos que conseguiram passar das vias profissionais para as gerais e chegar ao ensino superior. De acordo com os académicos, pedagogos e sindicalistas alemães, o sistema educativo do seu país é responsável pelo grave problema de iliteracia que atinge cerca de 7,5 milhões de jovens alemães. Este é um projeto que Crato vem anunciando desde que começou a falar em "aposta" nas vias profissionalizantes e vocacionais, para aí desviando cerca de metade dos alunos portugueses, tendo em conta, por exemplo, as suas dificuldades de aprendizagem ou as repetências. É uma forma de embaratecer o sistema e de, desde cedo, separar as elites sociais do comum dos trabalhadores.

FENPROF: Para embaratecer o sistema educativo, o OE para 2013 deverá prever medidas concretas. Quais são, desta vez?

MN: Para além das habituais – mais mega-agrupamentos, novas mexidas nos currículos, mais desemprego – surge como medida forte o alargamento dos contratos de autonomia. O MEC está a empurrar para aí as escolas, pois sabe ser essa a forma de se livrar de responsabilidades que são suas.

FENPROF: E as escolas estão a ser consultadas antes de aderirem ao contrato de autonomia?

MN: Aparentemente, apenas. As DRE's dizem aos professores que, com o contrato de autonomia, não haverá mega-agrupamento, que haverá projetos e dinheiro para os desenvolver, que serão só vantagens... não diz a verdade e não diz, como é evidente, porque está a empurrar as escolas para becos de onde poderão ter dificuldade de sair. Recordo que a ex-ministra Lurdes Rodrigues, quando avançou com os primeiros contratos, considerou-os muito positivos porque permitiam exigir às escolas mais e melhores resultados sem, contudo, haver acréscimo de recursos. Ou seja,



A FENPROF continua a defender a revogação desse processo de contratação, bem como da renovação de contrato que pervertem, em absoluto, a graduação profissional que continua a ser o critério mais justo para a ordenação e colocação dos docentes.

o MEC quer que as escolas façam belas omeletas, mas não lhes dá ovos... ainda mais nos tempos que correm, onde irão buscá-los?

FENPROF: E que consequências poderá ter para as escolas?

MN: Para além de ingerências inaceitáveis na vida das escolas, como já acontece em algumas, onde empresas privadas passaram a interferir na sua vida, o contrato tem um valor jurídico relevante. Quer isso dizer que a escola ao assinar o contrato assume uma responsabilidade grande que, a não ser cumprida, poderá acabar em problemas para quem aceitou e assinou os termos do contrato. Isto é, não estamos perante algo que se assina e depois se vê o que se

consegue, com a agravante de as partes que "negociam" e assinam este contrato não serem iguais: uma tutela e a outra é tutelada.

FENPROF: Outro aspeto que tem estado muito na primeira linha dos problemas são as ilegalidades detetadas nas "ofertas de escola". Será que a colocação local dá sempre problemas?

MN: É o que tem acontecido. Se repararmos, só as colocações por lista nacional têm garantido processos claros e céleres. Quando o MEC passa para a escolas a seleção e recrutamento, surgem atrasos, burocracia acrescida, discricionariedades, irregularidades, ilegalidades, contestação... para a FENPROF, não faz qualquer sentido que nos TEIP e nas escolas com contrato de autonomia a colocação não resulte da lista nacional. Esta foi uma das razões, entre outras, claro, porque, ao contrário de outros, não assinámos qualquer acordo com o MEC sobre o regime de concursos. Aí está o resultado da "oferta de escola". A FENPROF continua a defender a revogação desse processo de contratação, bem como da renovação de contrato que pervertem, em absoluto, a graduação profissional que continua a ser o critério mais justo para a ordenação e colocação dos docentes.

FENPROF: Veio a público que, segundo um estudo do Tribunal de Contas, o custo médio dos alunos no ensino privado seria mais barato que no público. A FENPROF contestou. Afinal de que lado está a razão?

MN: O que passou após a divulgação do estudo não correspondia à verdade. Se assim fosse, por que recomendaria o TC, ao governo, que ponderasse a necessidade de manutenção dos contratos de associação com os colégios privados? Apesar da maior complexidade das respostas que se exigem às escolas públicas, o estudo conclui que o custo médio do aluno do ensino público é 107 euros mais barato que no privado. Interessou a alguns, porém, repetir a mentira para que parecesse verdade.

FENPROF: Temos falado das escolas e do sistema educativo, mas também os professores estão a ser vítimas destas políticas de austeridade impostas pelo governo...

MN: Sim, como todos sabemos, os professores são dos principais alvos da fúria do governo, da sua política de destruição e terra queimada e dos seus compromissos com a troika. São dos grupos profissionais mais afetados pelo desemprego, estando ainda 32.000 professores sem colocação, vivem uma grande instabilidade na profissão, mesmo os que são dos quadros, são vítimas de roubos salariais brutais – parte do salário, os subsídios, as pensões e reformas –, sobre eles abate-se uma violenta carga fiscal que se agravará em cerca de 35% no próximo ano... também no que

respeita à aposentação a situação vai agravar-se muito, quer para quem se quer aposentar, quer para quem já está e vai ter novos cortes na sua pensão. Até em relação à situação de doença o governo quer aproveitar as fragilidades das pessoas para as roubar mais... e depois é ainda tudo o que está a acontecer ao resto do país e que o está a levar para um beco sem saída.

FENPROF: E há alternativa a estas medidas?

MN: Sim há, a CGTP apresentou diversas medidas alternativas, mas este governo que protege os ricos e rouba a quem já quase nada tem, naturalmente, não aceitou. Tem dito o povo que este é um governo de gatunos. A palavra é forte, na verdade, mas aqui é que começa a ser difícil ter alternativa. E repare-se que gente insuspeita tem dito o mesmo. Ainda há algum tempo se ouviu Manuela Ferreira Leite afirmar que, com este OE para 2013, no final do

A democracia já está em causa quando há portugueses, crianças incluídas, a passar fome, quando há desemprego, quando há exclusão. A democracia já está em causa quando se atenta contra os serviços públicos. Mas acho que este governo vai querer ir mais longe e limitar as liberdades.



ano estaremos todos mortos. Outros o têm dito das formas mais variadas.

FENPROF: Mas o governo já anuncia mais medidas de austeridade...

MN: Sim, como sabe que fez contas aldrabadas para iludir os incautos, já se sabe que o governo tem aquilo a que chama um "plano B" que passa por roubar mais um salário aos trabalhadores. E já se sabe que essa gente do FMI está aí a dizer aos governantes portugueses como fazer para cortar ainda mais nas funções sociais do Estado.

FENPROF: É a isso que Passos Coelho chama de refundação?

MN: Sim, quando ele diz que quer refundar o memorando da troika, isso significa que pretende incluir nele o fim das funções sociais do Estado, que pretende acabar com o Estado social e solidário, que pretende rasgar o que de Abril resta na Constituição da República. Há quem diga que os governantes estão loucos, mas não estão. Eles estão completamente conscientes do que fazem: estão a destruir, estão a ajustar contas com Abril. Eles são autênticos "miguéis de vasconcelos" ao serviço dos invasores. Até o pormenor do símbolo nacional na lapela pretende ter um efeito enganador, mas já poucos são enganados por estes governantes.

FENPROF: E Nuno Crato completamente solidário com essas políticas...

MN: Em absoluto. Ele assume o papel de carrasco da Escola Pública. O governo PSD/CDS decretou a destruição da Escola Democrática porque quer construir as bases de um país ainda mais desigual, ainda mais injusto, em que o ferrete da discriminação e da segregação é aplicado quase à nascença, isto é, na escola e muito cedo. Crato presta-se a concretizar esse projeto. Esta situação que estamos a viver é uma vergonha que urge ser combatida, como nunca, por todos os que acreditam ser possível outro futuro para Portugal.

FENPROF: Esse combate passa pela Greve Geral de 14 de novembro?

MN: Passa, mas sem se esgotar aí. Vai ser uma grande Greve Geral, talvez a maior de sempre, mas será apenas mais um momento fortíssimo de luta, um entre muitos outros que teremos de levar por diante. Esta Greve Geral é contra o aumento da exploração, contra o roubo de direitos e salários, contra o empobrecimento e por um Portugal com futuro. Esta Greve

Geral será um sinal de todos a este governo de que deverá arrepiar caminho em relação ao que está a fazer ou então demitir-se. E se o não fizer, deverá o Presidente da República tomar a iniciativa. Para os professores a adesão à Greve Geral é fundamental. O governo procura setores para continuar a aplicar a sua política, o que fará onde lhe parecer haver menor contestação. Conto com uma elevada adesão por parte dos professores.

FENPROF: Uma Greve Geral que atravessou fronteiras...

MN: É verdade, a Confederação Europeia de Sindicatos convocou para este dia uma jornada europeia de luta e, nesse âmbito, também os trabalhadores de Espanha, Grécia, Chipre e Malta farão Greve Geral. Mas na Itália, na França, na Alemanha e em outros países europeus há greves, manifestações e lutas diversas. Em relação a Espanha, vamos ter uma iniciativa conjunta de mobilização envolvendo as principais organizações sindicais de professores: de Portugal, a FENPROF; de Espanha, as Federações de Ensino das Comisiones Obreras e da UGT, bem como o STES, uma outra Confederação importante de trabalhadores da Educação.

FENPROF: Achas que, a prosseguirem esta política e a prática do atual governo, poderá a própria Democracia estar em causa?

MN: Sim, acho. Acho que estes governantes são capazes de tudo. A democracia já está em causa quando há portugueses, crianças incluídas, a passar fome, quando há desemprego, quando há exclusão. A democracia já está em causa quando se atenta contra os serviços públicos. Mas acho que este governo vai querer ir mais longe e limitar as liberdades. Tem havido indícios, com algumas ameaças, por exemplo, feitas ao exercício do direito à greve. Penso mesmo que há governantes que gostariam de pôr o país, não só a pão e água, como estão a fazer, mas a ferro e fogo... se o fizerem, estou certo, não ficarão sem resposta, como não ficaram os fascistas ao longo de quase metade do século passado. Cá estaremos...

FENPROF: Por fim, uma mensagem aos professores...

MN: Será preciso termos muita força, sem dúvida, mas vamos tê-la. Força, determinação, capacidade de resistência e de luta... vamos ter, sim, vamos lutar até onde for preciso e das formas mais adequadas. Podem os Professores contar com a FENPROF! ●

**GREVE
GERAL**

**14
NOV**

**NÃO DEIXE QUE SEJA
A EDUCAÇÃO A PAGAR A CRISE**

Lute pelo futuro dos seus filhos!





O Orçamento do Estado para 2013

Prevê a extinção de todos os regimes transitórios e especiais de aposentação, a partir de 1 de janeiro de 2013, o que inclui o referente aos docentes em monodocência.

Através do **Projeto de normas relativas ao setor público**, o Governo :

- Antecipa a designada convergência com o regime da Segurança Social em 2 anos (de 2015 para 2013) para os docentes em geral;
- Revoga o Decreto-Lei 229/2005, antecipando essa convergência em 9 anos (de 2022 para 2013) para os docentes em regime de monodocência;
- Revoga a Lei 77/2009, impedindo estes docentes de se aposentarem, sem penalização, antes dos 65 anos de idade e 40 de serviço.

Em clara violação do princípio da confiança e – ao contrário do que aconteceu com o Decreto-Lei n.º 229/2005 – sem qualquer período de transição ou faseamento, o governo antecipa de forma abrupta o regime de convergência com o regime da Segurança Social.

Deste modo, impede os docentes em regime de monodocência, que beneficiavam do disposto na **Lei n.º 77/2009**, de se aposentarem pelo regime especial que, há menos de 3 anos, tinha sido aprovado por unanimidade na Assembleia da República. Todos os que não reunirem até 31.12.2012 as condições previstas na Lei 77/2009 são atirados para o regime geral (40 anos de serviço e 65 de idade).

Há docentes que reuniam os requisitos para se aposentarem normalmente nos próximos meses e que, de repente, são penalizados com 7, 8, 9 ou 10 anos pois só poderão aposentar-se sem penalização aos 65 de idade e 40 de serviço. A alternativa, que seria a antecipação nos termos da lei geral, leva um corte de tal ordem violento que se torna proibitiva.

A FENPROF solicitou uma reunião à Comissão de Educação, Ciência e Cultura da Assembleia da República, sobre as questões do Orçamento de Estado para 2013, onde incluirá esta questão, fazendo também um apelo a todos os docentes para que escrevam aos deputados que integram esta comissão e aos grupos parlamentares.

Os endereços de *e-mail* poderão ser obtidos em: www.fenprof.pt ou solicitados para fenprof@fenprof.pt



Não podemos deixar que nos roubem os direitos que tanto custaram a conquistar!

Lutar, participar e denunciar são formas de alterar o rumo que nos querem impor!